

## CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO - CONDEMA

ATA 03/2020

Aos oito dias de junho de dois mil e vinte, às 14 horas, no Centro Municipal de Estudos Ambientais (CEMEAM), reuniram-se para reunião ordinária os seguintes conselheiros: Fabiana Haubert, Evandro Stelzer, Luís Fernando Stumpf, Rosane Reichert, Ana Carolina Oliveira Fonseca, Ardi Alípio Hugentobler, Moisés Peixoto, Janice Carvalho, Barbara Carrão Nunes dos Santos, Alexandre Jardim, Dóris Rejane Fernandes, Sergio Strassburger e conselheira suplente Maiara Danieli Oberherr. Inicialmente a reunião foi marcada por um debate a respeito do Regimento Interno do CONDEMA, na qual deve-se observar eleição de substituição do Presidente do Conselho, tendo em vista a abdicação por parte de Jair Parodes. Maiara informou sobre o Decreto com nova portaria dos conselheiros, onde Jair Parodes é substituído, foi publicado em maio/2020, desta forma não estando ilegal as reuniões do conselho. Porém, diante da demanda de processos a serem analisados e em caráter de urgência, ponderou-se para que a eleição fosse adiada para uma próxima reunião no que todos concordaram, de modo que esta reunião foi mediada por Rosane Reichert. Foi lida a ata 02 (dois) de 2020 (dois mil e vinte) pelo secretário. Moisés relatou que referente ao trecho que descreve o imbróglgio ocorrido entre o vice-presidente, Evandro Stelzer e o secretário, Luís Fernando, sugeriu-se que seja feito uma revisão da gravação desta reunião com o teor escrito em ata por todos os conselheiros presentes, o qual foi acordado por unanimidade. Moisés pede mais transparência na redação da ata. Os conselheiros solicitaram que a ata seja encaminhada com antecedência para leitura antes das reuniões. Em seguida, Rosane realizou um relato referente as duas reuniões de apresentação do Plano de Manejo Participativo ocorridas no Morro Ferrabraz, localidade de Ferrabraz e Bela Hú, em que os servidores públicos e autoridade ambiental do município, em sua tarefa e dever, foram surpreendidos com a enorme preocupação dos presentes com possíveis prejuízos com a instalação da ARIE, e também na falta de informações corretas sobre as potencialidades e benefícios, e como pode trazer qualidade de vida aos moradores, essa Unidade de Conservação à longo prazo. Verificando que havia se disseminado várias notícias falsas sobre o que pode e o que não se pode fazer na ARIE. Luís Fernando solicita aos conselheiros permissão para, ao fim da reunião, proceder a leitura do manifesto do Núcleo Sócio Ambiental Araçá-piranga. Após isso, passou-se para a análise dos processos, o qual solicitam anuência da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro Ferrabraz, iniciando-se com o relato do processo, por parte de Maiara: **Protocolo nº 16764/2019**, em nome de Milton da Silva, que adquiriu primeiramente uma propriedade de 3589 m<sup>2</sup> na Picada São Jacó, edificou próximo a um suposto arroio, bem como após saber do módulo mínimo, apresentou contrato de compra de 2 (dois) hectares. Para análise solicitou-se análise geológica, afim de confirmar o evento, ao qual constatou-se que trata-se efetivamente de uma vala de drenagem, além disso o mesmo adquiriu restante de terras necessárias para compor o módulo rural mínimo, estando este pertinentemente adequado quanto aos compromissos com os aspectos legais. Anuência para edificação aprovada por unanimidade pelos conselheiros. **Protocolo nº 4151/2020**, em nome de Bianca Fornari Finger, que solicita anuência para construção de residência com 241,30m<sup>2</sup>, na Rua Cansi, cuja propriedade de 2 hectares foi adquirida por contrato de compra e venda, em uma

Adi  
h  
R  
P  
CB



matrícula com área total de 16 hectares em nome de Dilmar, o qual está embargada por se tratar de construção sem anuência e sem projeto. Ana Carolina reforça a importância de informar a comunidade sobre a necessidade de projeto aprovado pela Secretaria de Planejamento em área incidente na ARIE. Maiara informa que Bianca, apresentou as documentações exigidas para anuência (como projeto para análise da Secretaria de Planejamento e Cadastro Ambiental Rural. Anuência para edificação aprovada por unanimidade pelos conselheiros. **Protocolo 5024/2020**, Comercial de Carnes Carneirosul LTDA, solicita anuência para a atividade de aplicação de efluente Industrial na Picada São Jacó, dentro da ARIE do Morro Ferrabraz, junto as áreas de cultivo pertencentes à Ari Marin, num total de três áreas distintas. Para tanto, o empreendedor apresentou o CAR, demarcando a Reserva Legal. Moisés sugere verificação quanto a possível existência de nascentes e relata que o empreendimento mantenha os cuidados em relação ao corpo hídrico, o Arroio Lauer, próximo ao frigorífico. Orienta também, que o empreendedor apresente os laudos de qualidade de efluente, sobre a qualidade da água, que deve ser melhor que a recebida. Maiara relata que a SEMAPE, solicita laudos do efluente gerado pelo frigorífico que são depositados nas lagoas. Sem mais, o pedido de anuência para aplicação de efluente Industrial nas três áreas de cultivo, foi aprovado pelos conselheiros por unanimidade. **Protocolo nº 5425/2020**, em nome de Samuel Hugentobler, que solicita anuência para construção de residência de 72,74m<sup>2</sup> de alvenaria, em área localizada na Picada Schneider, de propriedade de Evandro Stelzer, com 6,2 hectares. Maiara informa que no local há um galpão para guardar máquinas, o qual foi solicitado a anuência, e o Conselho Municipal de Uso e Ocupação do Solo e Edificações, solicitou Levantamento Topográfico de Declividade, o qual não foi apresentado ainda. Considerando a situação de módulo rural mínimo, foi aprovado por unanimidade, desconsiderando o voto de conselheiros com relação direta à solicitação, sendo o conselheiro Sr. Ardi, pela situação de filiação familiar e o conselheiro Evandro Stelzer, por ser proprietário da matrícula. Luís Fernando, orientou para que a edificação esteja em harmonia com a natureza, referindo-se à casas de madeira. Ana Carolina concordou, porém relatou que não há regramento que caracteriza essa "harmonia". Rosane falou sobre a origem dos material de casas de madeira ou alvenaria, que ambas utilizam os recursos da natureza. **Protocolo nº 6387/2020**, em nome de Arcênia Fick, solicita anuência para a atividade de Produção de Carvão, da qual foi vítima de denúncia de vizinho ocupante de terras com parcelamento irregular de solo, ao qual a Batalhão Ambiental da Brigada Militar (PATRAM) de Sapucaia do Sul atendeu a denúncia referente a produção de carvão sem licença e no procedimento de fiscalização, houve a apreensão de 80 (oitenta) sacos de carvão. A Sra. Arcênia encaminhou documentação para licenciamento de seus dois fornos, e dessa forma, a anuência foi aprovada por todos os conselheiros. Passou-se para o próximo ponto de pauta, aprovação de valores para o muro do CEMEAM no valor de R\$ 162.380,93, para a construção de 219,00 metros de muro com pedra gres, incluindo no projeto a instalação de sistema de esgoto da comunidade (fossa e filtro) e troca de canalização de esgoto existente, até a estação de tratamento. Sérgio relata que há 4 (quatro) anos, já estava sendo solicitado recursos para a execução do muro do CEMEAM. O valor de R\$ 162.380,93, foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Em seguida, passou-se para análise de Recursos de Auto

Ardi

Q

RS

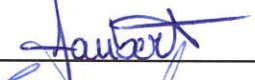
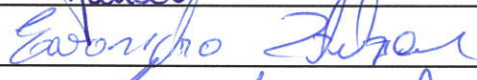



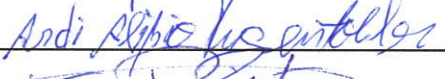
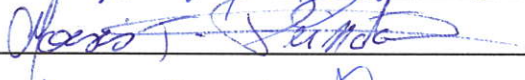

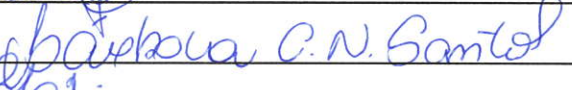


B.

RS RS RS RS RS



de Infração: **Protocolo nº 264/2020**, em nome de Alexandre Fernandes da Costa, Auto de Infração 15/2019, com parecer da Câmara Técnica, ao qual foi analisado dia 12 de março de 2020, que solicitou memória de cálculo do auto de infração à SEMAPE. Será avaliado na próxima reunião, com o documento solicitado à SEMAPE. **Protocolo nº 5950/2020**, em nome de Comercial de Carnes Carneirosul LTDA, auto de infração 23/2019, com multa de R\$ 25.750,00, por lançamento de efluente industrial em curso hídrico inserido na ARIE do Morro Ferrabraz. Evandro destaca que as áreas de deposição dos rejeitos são em duas lagoas de decantação e questionou como que ocorre no local em período de chuvas, o extravasamento dos rejeitos? Rosane explicou que as precipitações sobre as lagoas, não aumentam consideravelmente o volume das lagoas, e que geralmente as lagoas de tratamento possuem drenos em seu contorno. O empreendedor solicita a aprovação de conversão do valor, nos termos do artigo 140, da seção VII, do Decreto nº 6.514/2008, que propõem a conversão em Projeto de Educação Ambiental. Apresentaram um programa de capacitação para os próprios funcionários do empreendimento em dois encontros, a implantação de alternativa tecnológica para a empresa com instalação de biodigestor e instalação de biodigestor na Escola Municipal 25 de julho, escola próxima ao empreendimento. Além disso, apresentaram no projeto, cinco encontros com os alunos da escola, com apresentação de horas técnicas para profissional biólogo e veterinário para tais atividades. Moisés relembra que a conversão da multa deve estar associada ao dano cometido, uma vez que o dano ocorrido no arroio foi à comunidade, assim o projeto deve "compensar" a sociedade e o arroio e não o próprio estabelecimento. Alexandre reforça que o pedido deve ser indeferido pois não há nenhuma sinergia como forma compensatória. Foi entendido que o projeto de educação, tem objetivo de estruturar a própria empresa, de modo que a proposta do empreendedor foi amplamente rejeitada pelos conselheiros. Dessa forma, indefere-se por unanimidade o pedido de conversão da multa. **Protocolo nº 5958/2020**, em nome de Construções Centro LTDA, da qual foram autuados por parcelamento irregular do solo na ARIE, na região que atinge a encosta do Ferrabraz, a partir do Travessão Ferrabraz, da qual constatou-se queimadas irregulares, supressão de vegetação, abertura de via de acesso sem licença e em forte declividade e em APP com deposição de calça, modo que caracterizou-se crimes ambientais. O empreendedor solicita afastar a multa por conta da inaplicabilidade da ARIE, o redimensionamento por conta de que os responsáveis seriam os moradores adquirentes deste parcelamento e/ou a aplicação do valor mínimo para cada artigo de infração caracterizada, apresentando contratos de compra e venda. O conselheiro Alexandre compara diferentes situações no trato entre aquele que adquire uma propriedade com mínimos impactos e o cidadão que não se importa com absolutamente nada, especialmente do patrimônio ambiental. Moisés explica que a esfera dos processos de defesa ambiental torna a situação complexa aos conselheiros, tendo em vista diversos aspectos legais e os trâmites de natureza jurídica, sugerindo que aguardemos o processo que também está em tramitação no Ministério Público, porém atenta-se para o fato de que o conselho deve atentar a uma resposta ao protocolo. Alexandre opina que não se deve aceitar os pedidos de redução de valor. Decidiu-se que o processo seja analisado inicialmente pela câmara técnica compondo-se por Alexandre, Ramona, Rosane e Luís Fernando. Anexa-se o **Protocolo nº 5959/2020**, em nome de

Construções Centro LTDA também há câmara técnica. **Protocolo nº 6022/2020**, em nome de Geni Wilborn Sipriano, Auto de Infração nº 22/2019, autuada por parcelamento irregular do solo na ARIE, com abertura de via, com contadores de energia e edificações sem anuência. O processo será analisado inicialmente por Câmara Técnica, composta por: Fabiana, Moisés, Ana Carolina e Assessora jurídica do município Ramona. Por fim, em relação à processos de recursos de auto de infração, os quais foram avaliados na ata 01/2020, foram trazidos novamente aos conselheiros para esclarecimento quanto à sua decisão. Protocolo em nome de Ritter Caixas de Câmbio LTDA, solicita que a Secretaria de Meio Ambiente celebre Termo de Compromisso Ambiental (TCA), solicitando o projeto de fossa e filtro aprovado pelo respectivo órgão competente, com prazo de noventa dias. **Protocolo nº 20065/2019**, em nome de Antonio Correa dos Santos, os conselheiros decidem por unanimidade: as edificações em APP sejam removidas, contemplando-as no PRAD solicitado; além disso, as demais edificações, que não estão na APP, devem comprovar a instalação de fossa e filtro em cada edificação da área e quanto à multa, indefere-se o pedido de anulação ou diminuição do valor do auto de infração. Passando para o último ponto da pauta, em função do passar do tempo, não houve a possibilidade de leitura do manifesto escrito pelo conselheiro Luís Fernando, sendo este entregue à Secretária Rosane. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada e a presente ata lavrada por mim, secretário deste conselho.

Fabiana Haubert   
Evandro Stelzer   
Luís Fernando Stumpf   
Rosane Reichert   
Ana Carolina Oliveira Fonseca   
Ardi Alípio Hugentobler   
Moisés Peixoto   
Janice Carvalho   
Barbara Carrão Nunes dos Santos   
Alexandre Jardim   
Dóris Rejane Fernandes   
Sergio Strassburger 